



A re-invenção cultural dos índios Tapebas por meio da inclusão digital.¹

Ravena Sombra Martins da SILVA²
Carmen Luisa Chaves CAVALCANTE³
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ce

RESUMO

Este artigo baseia-se no estudo do processo de inclusão digital dos índios Tapebas, residentes no município de Caucaia, Ceará. Investiga-se aqui, como os referidos índios vêm utilizando as tecnologias digitais e reelaborando sua cultura por meio da internet. Preocupados com o resgate, valorização e afirmação de sua identidade étnica, crianças e adolescentes Tapebas expressam a relevância da mídia internet, tanto para o aprendizado na escola diferenciada, como para o lazer cotidiano. Aliar educação e tecnologia digital, em tempos de globalização, é um dos objetivos dos índios Tapebas, que percebem o acesso à internet como uma maneira de romper as barreiras de uma sociedade opressora. A pesquisa que deu origem a este texto encontra-se em andamento, mas algumas observações acerca de expectativas dos Tapebas exigem um registro considerável, tamanha a complexidade do assunto.

PALAVRAS-CHAVE: índios Tapebas; inclusão digital; tecnologia

INTRODUÇÃO

Há cerca de sete anos surgiu um projeto de inclusão digital na comunidade dos índios Tapebas, localizada em Caucaia, município do estado do Ceará. Esse projeto, idealizado e desenvolvido pela ONG “Visão Mundial”, juntamente com o “Conselho de Desenvolvimento Comunitário Jardim da Natureza”, implantou um telecentro em uma das aldeias Tapebas, além de capacitar professores e alunos da escola diferenciada para o manejo com os computadores.

Na ocasião, questionamentos diversos foram feitos a respeito da inclusão digital na referida comunidade. Discutiu-se se a inclusão seria mesmo uma vantagem para os índios Tapebas, já tão integrados na sociedade nacional; se os últimos não iriam se “perder” com a presença de uma tecnologia midiática não-indígena, como a internet, e se descaracterizar em meio a tantas outras a ela vinculadas – dado o fenômeno da convergência midiática, conforme observamos em Arlindo Machado (2007, p.57-78).

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Comunicação Multimídia, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Publicidade e Propaganda da UNIFOR, email: ravenasombra@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social da UNIFOR, email: kaluchaves@gmail.com.



Após várias idas à comunidade, pode-se afirmar que a inclusão digital entre os Tapebas se faz realmente importante. E que, apesar da existência de opiniões dissonantes entre os próprios indígenas, ela é hoje percebida, pela maioria dos Tapebas, como uma ferramenta necessária ao fortalecimento de sua identidade étnica e, por que não dizer, da luta pela retomada de suas terras. Observa-se que os índios mencionados, hoje se utilizam, sobretudo, da tecnologia da internet – mas também do vídeo e da fotografia digitais – para re-inventarem a si próprios e à sua cultura. Portanto, nada melhor do que esses suportes midiáticos para propiciar o acesso ao universo dos Tapebas e a divulgação de seus modos de ver e estar no mundo.

1 – Tapebas – uma apresentação

Como afirma Henyo Trindade Barretto Filho (1999, p.94), até a década de 80, os estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte foram tidos, pelos registros da FUNAI e levantamentos produzidos por antropólogos e missionários, como os únicos estados no Brasil, além do Distrito Federal, em que não existiam índios. No Ceará, entretanto, a presença indígena deixou de ser ignorada quando a Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais - hoje, Equipe de Apoio à Questão Indígena - da Arquidiocese de Fortaleza passou a atuar no município de Caucaia, junto à coletividade dos Tapebas.

A etimologia da palavra Tapeba é Tupi. Constitui uma variação fonética de *itapeva* (de *itá/tá*, i. é, "pedra"; e *peva*, i. é, "plano", "chato"): "pedra plana", "pedra chata", "pedra polida", etc. Caucaia, nome do município em que se encontram os Tapebas, também é de origem Tupi. Representa uma variação de *ka'a-okai* (de *ka'a*, i. é, "erva", "mato", "bosque", "floresta"; e *okai*, i. é, "queimar"): "mato queimado", "bem queimado está o mato", "queimada", "mato que se queima", como afirma Barretto Filho (1999, p.94).

Acredita-se que a formação do povo Tapeba seja originária da mistura de algumas etnias indígenas – em especial Potiguaras, Tremembés, Jucás e Cariris – que transitavam, antes e depois da conquista portuguesa, nas terras que hoje equivalem ao município de Caucaia. De acordo com Barretto Filho (1999, p.96), os Tapebas foram missionados por jesuítas na Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, registrada no período de 1741 a 1759, mas cuja origem remonta a uma época imprecisa do século XVIII, entre os anos de 1603 e 1666.



Constituindo um grupo de mais de 5.848 (cinco mil oitocentos e quarenta e oito) integrantes nos dias atuais (FUNAI – 2007); sabe-se que os Tapebas de Caucaia ocupam áreas geográficas diversas. Essa situação, por sua vez, faz com que os mesmos se apropriem dos recursos naturais de modos também diferenciados e, inclusive, contrastantes.

Como observa Barretto Filho (1999, p.103), há desde áreas habitadas majoritariamente por Tapebas, como a paisagem do tipo rural, em que prioritariamente trabalham na palha, na agricultura (como diaristas e arrendatários) e no "negócio com frutas"; até áreas onde a presença deles é residual, como é o caso dos bairros do perímetro urbano da sede do município, em que predominam o comércio ambulante, os pequenos serviços e o trabalho assalariado.

Os Tapebas mantêm um calendário bastante pautado pelas atividades tradicionais. De acordo com Isabelle Braz (On-line, 2007), em janeiro iniciam-se as experiências para saber se o inverno será bom, preparando o solo para o início do plantio, que se dá em fevereiro. Em julho dá-se o início da extração da palha da carnaúba. Em agosto, é realizado o ritual de purificação das crianças. Em setembro, se inicia o preparo das terras para plantio e colheita da mandioca e o início da fabricação da bebida mocooró. Dezembro é o mês da colheita da mandioca, quando acontecem, com mais frequência, as “farinhadas”, ou celebrações na aldeia em torno do processo de feitura da farinha de mandioca.

Atualmente, o calendário Tapeba é conduzido pelas diversas associações das comunidades nativas – tais como Associação das Comunidades dos Índios Tapeba de Caucaia (ACITA), responsável por conduzir a luta política e mobilizar internamente as aldeias; a Associação dos Professores Indígenas Tapeba (APROINT); e a Associação Indígena Tapeba de Cultura e Esporte (AINTACE). E como o calendário também diz respeito à cultura Tapeba contemporânea, ao lado das celebrações tradicionais, ele inclui comemorações, criadas mais recentemente, a partir do contato com grupos não-indígenas e da apropriação seletiva de alguns de seus valores. Entre essas comemorações encontram-se as festas do Dia do Índio; dos Jogos Indígenas Estaduais; da Fundação da Escola Tapeba, entre outras.

O contato dos Tapebas com grupos não-indígenas é bastante antigo e tem acontecido de forma constante. Na verdade, o estabelecimento de relações de trabalho e



lazer com os não-índios da região e a ocorrência de casamentos interétnicos, frequentes ao longo da História, fez com que parte dos Tapebas de Caucaia perdesse, por longo tempo, o interesse no cultivo de mecanismos de distinção e de afirmação étnica. Tanto que hoje, numa primeira impressão, os Tapebas pouco se diferenciam da população circunvizinha – seja nos aspectos linguísticos, nos modos de vida de uma forma mais geral; seja nos tipos físicos. Aliás, se existe algo costumeiramente diferenciador dessas pessoas em relação às demais é que, até bem recentemente, como afirma Barretto Filho (1999, p.119), os Tapebas eram conhecidos pelo forte estigma de indolentes para o trabalho, alcoólatras, ladrões e comedores de carniça.

Tal situação finalmente começa a apresentar elementos significativos de mudança. Dos anos 80 para cá, o povo Tapeba, que iniciou sua retomada territorial e identitária graças ao incentivo e proteção da Igreja Católica, a partir de órgãos como o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH), vem conseguindo, pouco a pouco, reverter esse quadro. E, inclusive, organizar-se como grupo(s) independente(s) da sociedade não-indígena – muito embora com ela intente continuar a estabelecer laços de cordialidade e, sobretudo, de cooperação.

Nesse sentido, é que a defesa de suas terras (demarcadas em 4.8 mil hectares, mas ainda não homologadas); a manutenção de um projeto que visa estimular o uso da medicina tradicional; a criação de um centro cultural e comercial para divulgar suas tradições; bem como a implantação de uma escola diferenciada, em que se (re) aprende o Tupi, ao mesmo tempo em que se incentiva aos mais jovens a lidar com computadores e internet, são uma conquista eminentemente Tapeba. Conquista que, em certa medida recebeu o apoio do Estado, de ONG's, da Igreja Católica e de Universidades, mas que inexistiria se não fosse protagonizada por integrantes da própria comunidade que ainda sofrem ameaças de morte e têm suas famílias e amigos mantidos sob constante estado de tensão, uma vez que declarar-se índio no Ceará dos dias de hoje é, antes de qualquer coisa, o mesmo que assumir uma postura ativa e conflitante perante fazendeiros e empresários locais – os chamados posseiros.

O processo de afirmação étnica Tapeba, segundo Ana Lúcia Tófoli (2009, p.220), de fato passa a ter maior visibilidade em meio ao processo de mobilização pela regularização do território e ganha força quando se vincula às buscas pela saúde e educação diferenciadas. Nos últimos vinte anos, os avanços conseguidos nessas duas áreas, somados ao crescente diálogo com diferentes agentes sociais e instituições



levaram sobremaneira à criação de novas perspectivas e formas de articulação, de modo a alterar significativamente as relações de força entre os Tapebas e os seus opositores. No entanto, assegura Tófoli (2009, p.220), não a ponto de garantir a principal e mais antiga reivindicação do grupo: a demarcação da terra de domínio Tapeba.

A afirmativa de Tófoli vem ao encontro da observação de João Pacheco, segundo a qual, em se tratando do reconhecimento das etnias indígenas e da demarcação de suas terras, o Ceará é um dos estados mais atrasados do Brasil. Tal situação abarca a existência das treze etnias locais, já que apenas quatro delas são oficialmente reconhecidas – Tapebas, Tremembés, Pitaguarys e Genipapo-Kanindé – pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). E também porque, até o momento, apenas uma pequena área do vasto território indígena requerido pelos aborígenes cearenses – no caso, o córrego João Pereira, vinculado a um grupo dos índios Tremembés – foi demarcado e homologado.

2 – A escola diferenciada indígena em tempos de Cibercultura⁴

Nietta Lindenberg (2001, p.47) afirma que, no âmbito das pesquisas sobre práticas pedagógicas, existe atualmente uma forte preocupação com os processos globalizantes que envolvem a educação voltada para os indígenas, denominada de Educação Intercultural Bilingue – EIB.

É nesse sentido que, segundo a autora (2001, p.50), nas escolas diferenciadas há o trabalho direcionado para a recuperação das memórias históricas e da afirmação das identidades étnicas desses povos, a partir da valorização de suas línguas maternas como uma forma de se buscar a autonomia sócio-econômica e cultural. No entanto, para que isso ocorra, os índios necessitam entender a cultura do outro – notadamente do homem “branco”, “civilizado” – por meio de um ensino que sirva para que os mesmos se afirmem como tais.

Helena de Biase (2001, p.94) vem ressaltar que uma das funções da escola indígena brasileira é ocupar o aluno com atividades que sejam produtivas, que estimulem a criatividade, não deixando o ócio conduzir esse aluno a buscar o que fazer fora da comunidade de origem. Outra função é que, no processo de alfabetização, a

⁴ Entende-se a cibercultura como as relações entre as tecnologias informacionais de comunicação e informação e a cultura, emergentes a partir da convergência informática/telecomunicações na década de 1970, conforme André Lemos (2002, p.1). Trata-se, portanto, de uma nova relação entre as tecnologias e a sociabilidade, configurando a cultura contemporânea



língua portuguesa, além da língua materna indígena, também seja ensinada, pela atual necessidade de o índio se comunicar com os homens da sociedade ocidental.

Para compor a escola indígena, faz-se então fundamental o ensino bilíngue, a elaboração de conteúdo que parta dos conhecimentos, técnicas e realidade das aldeias, assim como a contratação de professores indígenas devidamente habilitados para a criação e a aplicação de uma metodologia específica, além do controle organizacional da escola. Mas se, no mundo não-indígena atual, os computadores, a internet e todas as outras mídias a ela relacionadas são tão presentes, no processo de educação indígena a utilização desses meios, para o aprender a lidar com os valores do mundo ocidental, seria de fato necessária?

No que se refere aos Tapebas, esse questionamento pode parecer desnecessário, uma vez que o referido povo é facilmente associado à classificação de índios já integrados⁵. Integração definida por Darcy Ribeiro (1996, p.489) como relativa aos indígenas que perderam sua língua original e, aparentemente, em nada se distinguem da população rural com que convivem. Mestiçados, esses índios, como é o caso dos Tapebas, vestem a mesma roupa e comem o mesmo alimento que os não-indígenas. Daí que, se esses índios não tivessem, eles próprios, certos de que constituem um povo à parte; se eles não tivessem uma espécie de lealdade a sua identidade étnica; e se não fossem identificados como índios pela população circundante, eles poderiam realmente se igualar aos seus vizinhos não-indígenas.

Em relação ao questionamento anteriormente exposto, antes de se chegar à resposta procurada, uma faceta da inclusão digital, mesmo a voltada para povos não-indígenas, deve ser aqui problematizada. Trata-se de se buscar o que de fato é a inclusão digital, o que ela implica e quais as contradições que a mesma traz. Para debater esse assunto, é importante observar os mecanismos de reprodução do sistema capitalista e de que modo a inclusão digital a eles pode estar aliada. Nesse sentido, será mesmo a inclusão digital um modo de se criar e/ou fortalecer os caminhos para a igualdade social, uma vez que normalmente ela está direcionada às camadas menos privilegiadas economicamente – como é o caso, aliás, de parte das sociedades indígenas?

⁵ Cf. o livro, além da categoria *integrados*, Ribeiro (1996, p.467-489) classificou os índios em mais três outras. São elas: *isolados* que são os grupos que vivem em zonas não alcançadas pela sociedade brasileira, só tendo experimentado contatos acidentais e raros com “civilizados”; *contato intermitente* que corresponde àqueles grupos cujos os territórios começam a ser alcançados e ocupados pela sociedade nacional; *contato permanente* incluindo-se nesta categoria os grupos que já perderam sua autonomia sócio-cultural, pois se encontram em completa dependência de economia regional para o suprimento de artigos tornados indispensáveis



Conforme Edilson Cazeloto (2008, p.197), pensar na inclusão digital como motor de realização da justiça social é o mesmo que fazer uma justaposição mecânica que, seduzida por um discurso igualitário, ignora os fatores contextuais nos quais se dá essa inclusão. Associar a inclusão digital à inclusão social e à emancipação política, econômica e cultural é, segundo ele, um equívoco.

São palavras do autor:

Nos discursos e práticas de inclusão digital, o acesso às máquinas informáticas é tomado como sinônimo de ascensão social ou de participação sociopolítica efetiva, quando, na verdade, a informatização generalizada do cotidiano (notadamente para as camadas de baixa renda...) não faz senão o contrário: reforça as estruturas de subordinação e poder da cibercultura e capilariza as redes de produção internacionais até o espaço da vida privada (CAZELOTO, 2008, p.197).

Mais:

Os programas sociais de inclusão digital, ao formatarem a mão-de-obra de acordo com os parâmetros necessários à sua exploração, com baixos custos, possibilitando a expansão de mercados e os mecanismos de subordinação correntes, tornam-se ferramentas fundamentais para a expansão do capitalismo e para o processo de valorização do capital, promovidos por setores internacionais dominantes (notadamente pela elite mundial da megainfoburocracia, mas também por elites locais, afinadas com as formas de produção típicas da cibercultura) (CAZELOTO, 2008, p.198).

Ressalta-se que esses questionamentos não refletem um posicionamento “contra” ou “a favor” da inclusão digital. Na verdade, o que se busca é, assim como fez o autor, colocar-se com uma postura crítica perante a hegemonia do discurso que atualmente vigora na chamada “sociedade da informação”. Assim, munidos de tais reflexões, poderemos voltar à situação das comunidades indígenas, com atenção especial para o caso dos Tapebas.

Alejandra Aguilar Pinto, ao pensar no uso da internet pelos povos indígenas, apresenta em seu estudo alguns pontos de confluência com as reflexões de Cazeloto. Pinto (2008, p.2) advoga que a internet é um complexo de informações com caráter etnocêntrico que não considera as diferenças culturais e identidades étnicas essencialmente das culturas minoritárias. Os índios, segundo ela, são impactados por esse meio que condiciona seu uso pelo conhecimento de comandos e estratégias de busca, bem como a elaboração de conteúdos digitais.



Mas até que ponto esses índios estão realmente elaborando conteúdos digitais de modo crítico e autônomo, voltando-os para a educação com vistas à convivência com os não-índigenas, sem deixar de lado a afirmação de suas identidades étnicas e a contestação de valores da sociedade capitalista ocidental que tanto os oprime? E como essa postura em relação à inclusão digital vem sendo trabalhada pelos professores indígenas e alunos da escola diferenciada Tapeba? Além disso, como a comunidade Tapeba se posiciona frente a tais questionamentos?

3 – A inclusão digital entre os Tapebas

A escola diferenciada Tapeba constitui-se da seguinte maneira: conta com uma rede de professores da própria comunidade, que conhecem a realidade da mesma, e que buscam resgatar o Tupi – língua de seus antepassados. Língua essa que há bastante tempo caiu em desuso, mas que atualmente é aprendida e repassada aos alunos do ensino fundamental e médio, bem como àqueles que procuram a educação de adultos, por meio de livros especializados, tradição oral da própria comunidade e também da internet.

Faz-se necessário dizer que, a educação dos índios Tapebas é semelhante à educação dos não-índios, no sentido em que aprendem as disciplinas convencionais, como matemática, geografia, entre outras. O diferencial é que os referidos índios estudam, paralelamente a essas disciplinas, – inclusive o português – a língua Tupi. Há também uma ênfase na contação de histórias, no ensino das músicas herdadas ou criadas recentemente pela comunidade, e na vivência das danças e rituais sagrados, como é o caso do Toré.

De acordo com Margarida Tapeba, professora e líder comunitária, os pais das crianças e adolescentes, assim como grande parte dos Tapebas, hoje trabalham fora da comunidade. Por esse motivo, deixaram de ter tempo suficiente para lhes ensinar os valores e a tradição de seu povo, antes transmitida oralmente. Razão que levou os indígenas a atentarem para a importância da escola diferenciada, embora os mesmos entendam que, por ser a cultura indígena originariamente baseada na tradição oral, passada de pai para filho, a criança e o adolescente Tapeba não necessariamente devem frequentar a escola, cabendo às suas famílias a decisão.

O telecentro tapebano, instalado no início dos anos 2000, serve à escola como laboratório de informática. Com a saída da ONG “Visão Mundial”, o telecentro



começou a funcionar também como *lan house*, prestando serviços para toda a comunidade e, inclusive, para os não-índigenas, por meio de pagamento. A utilização do telecentro como *lan house* garante parte da manutenção das máquinas, mas não a formação de técnicos para lidarem com o *hardware*. Para tanto, foi necessário que Michael Tapeba, um dos professores responsáveis pelo telecentro, recorresse a um curso na cidade de Fortaleza para obter uma bolsa de estudos. O transporte é pago pelo próprio índio Tapeba. Como diz Michael: “Eu tô começando um curso agora de manutenção, que é o *hardware*. Eu começo que é pra ensinar, dar aula às crianças da escola, pra elas ter um bom desenvolvimento, né, na educação, que agora é o computador, que ajuda muito na educação”.

Indagado sobre a importância do computador na comunidade, Michael responde: “É um novo mundo, né, porque não conheciam e agora vão ter o acesso aos computadores (...). Assim, né, a pessoa tem que se atualizar, né, o futuro, todo mundo tem que se atualizar às tecnologia”. Para Michael, a inclusão digital, iniciada com a introdução de computadores na comunidade e hoje estendida ao uso de câmeras de fotografia e de vídeo, a partir de oficinas oferecidas por universidades e outras ONG’s no local, não agride a auto-estima dos índios Tapebas.

Ao contrário: por ser um “novo mundo” repleto de oportunidades, os Tapebas acabam por fazer uso desses meios como uma forma de divulgar a sua cultura. Vide o caso da criação do site www.tapeba.com.br, que dá informações sobre a história e a economia do grupo; os eventos e as datas importantes; além de exibir fotografias de peças de artesanato e de outros produtos, como cd’s com suas músicas, e cosméticos elaborados com as plantas nativas. Todos esses artefatos são postos à venda no Centro de Produção Cultural Tapeba, localizado na estrada que leva ao litoral norte do estado do Ceará.

Vale dizer que os Tapebas participam de uma lista de discussão protagonizada pelos próprios índigenas do Ceará. Outras ferramentas são utilizadas para manterem o contato entre si e com não-índigenas, como o MSN, o Orkut, sites de busca e os blogues. Há que se ressaltar, também, o interesse dos jovens Tapebas pelos videogames em rede, notadamente os de luta, como foi observado no tempo em que se esteve na *lan house* dos Tapebas. Outra função do computador, como dito anteriormente, é o acesso a dicionários de Tupi. Estênio Tapeba, filho de Margarida Tapeba e professor da escola diferenciada, afirma: “A gente também utiliza a internet pra aprender o Tupi (...). Eu estudo Tupi e tento repassar Tupi pros meus alunos (...) e eles estão gostando (...)”.



A despeito de todos esses ganhos, a inclusão digital na comunidade dos Tapebas ainda promove uma visão insegura por parte dos indígenas do local. Os mais velhos preocupam-se com os mais novos, pois observam que eles estão deixando de lado a própria cultura. Já os mais novos têm outra visão. Eles consideram a tecnologia uma ferramenta desobstruidora de caminhos, repleta de situações que envolvem pessoas de todos os lugares do mundo, e a partir da qual há a possibilidade de inúmeras trocas de valores informacionais. Crêem, inclusive, que o crescimento da comunidade se encontra na internet. E acreditam que não vão deixar de ser índios porque usam computadores, telefones celulares, câmeras fotográficas e de vídeo. Para os jovens Tapebas, há uma força muito maior que os instigam e os movem: a vontade de resgatar sua cultura, de enfatizar para os “brancos” que eles existem; que eles são hoje uma minoria, mas que estão lá, lutando por uma causa comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se constatar, nessa investigação, que a inclusão digital, por si só, tem suas vantagens e desvantagens. Entender a tecnologia digital como benéfica ou maléfica seria uma tarefa dispensável, já que ela é uma tendência cada vez mais forte no mundo globalizado e contemporâneo. Diante disso, o fundamental e plausível é se pensar em um modo que a inclusão digital, mesmo estando carregada de contradições, possa realmente servir aos propósitos daqueles que a solicitam e nela enxergam um instrumento de educação e de autonomia. Porém, é válido ressaltar que esse instrumento deve ser observado em suas limitações técnicas e configurações ideológicas, para que a criação e a liberdade estejam de fato aliadas a esse tipo de tecnologia, nascida, como lembra Machado (2007, p.33, 46), junto a uma sociedade autoritária, cada vez mais centralizada e programada para este fim.

É fato que as tecnologias, até o momento, não promoveram a democratização, não universalizaram as riquezas produzidas, gerando o crescimento material e cultural de todo o planeta. Na verdade, conforme o autor,

elas avançaram fortemente ancoradas em instrumentos políticos e jurídicos autoritários, como a propriedade privada, a patente e o copyright, a hegemonia do capital global, a divisão do planeta em estratos sociais, classes, raças (...) desigualmente beneficiados com o acesso aos bens produzidos (MACHADO, 2007, p.33).



Acredita-se que o processo de inclusão digital Tapeba não se dissociou desse tipo de contexto e que, de maneiras diferenciadas, ainda hoje se encontra a ele atrelado. No entanto, pode-se afirmar que, na luta para fortalecer sua identidade indígena, a comunidade Tapeba despertou para o crescimento da tecnologia e suas vantagens. Conseguiu, em meio às contradições ensejadas pela inclusão digital, criar o seu espaço, escrevendo a própria história, sendo dela o principal protagonista.

REFERÊNCIAS

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. *Tapebas, Tapebanos e Pernas-de-pau de Caucaia, Ceará: da etnogênese como processo social e luta simbólica*. Série Antropologia. Brasília, 1994, 30 p. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie165empdf.pdf>>. Acesso em: 28 de maio de 2009.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Invenção ou Renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.) *A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

BIASE, Helena de. A contribuição da pedagogia de Freinet na construção de escola indígena diferenciada na grande metrópole. In: SILVA, Aracy Lopes da (Org.); FERREIRA, Mariana Kawall Leal. *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: Global Gaia, 2001. 378 p.

CAZELOTO, Edilson. *Inclusão digital: uma visão crítica*. São Paulo: SENAC, 2008, 208 p.

LEMOS, André. *Ciber-cultura-remix*. Apresentação no seminário “Sentidos e Processos” dentro da mostra “Cinético Digital”, no Centro Itaú Cultural. Agosto de 2005. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/remix.pdf>>. Acesso em: 27 de abril de 2009.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000. 260 p.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1993, 157 p.

MACHADO, Arlindo. *Arte e Mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MONTE, Nietta Lindenberg. Textos para o currículo escolar indígena. In: SILVA, Aracy Lopes da (Org.); FERREIRA, Mariana Kawall Leal. *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: Global Gaia, 2001. 378 p.

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.) *A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

PALITOT, Estêvão Martins. *Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: SECULT/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009.



PARENTE, André. *O hipertextual*. Revista FAMECOS. Porto Alegre, 1999. n. 10, junho. Semestral. Disponível em: <<http://img242.imageshack.us/img242/6184/parente.pdf>>. Acesso em: 24 de abril de 2009.

PINTO, Alejandra Aguilar. *A “inclusão digital indígena” na Sociedade da Informação*. Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI), v.1 n.1, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://164.41.105.3/portalesp/ojs-2.1.1/index.php/rici/article/view/625/622>>. Acesso em: 15 de junho de 2009.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA, Debora Cristine. *O Museu da Pessoa: a tradição oral como acervo digital*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Centro de Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. São Paulo, [2004].

SANTAELLA, Lucia. *Os espaços físicos da cibermídia*. E-Compós Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Abril de 2005. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/26/27>>. Acesso em: 15 de abril de 2009.

SILVA, Aracy Lopes da (Org.); FERREIRA, Mariana Kawall Leal. *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: Global Gaia, 2001. 378 p.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da (Org.). *Povos indígenas do Ceará: organização, memória e luta*. Fortaleza: Editora e Gráfica Ribeiro's, 2007. Disponível em: <www.cdphd.org.br/noticias/arq/n13_povosindigenas_ceara.html>. Acesso em: 15 de junho de 2009.

TÓFOLI, Ana Lúcia F. de. Retomadas de terras Tapeba: entre a afirmação étnica, os descaminhos da demarcação territorial e o controle dos espaços. In: PALITOT, Estêvão Martins. *Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: SECULT/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009.

Palestra de João Pacheco, proferida em 16 de abril de 2009, no Instituto de Ciências Religiosas – ICRE, no II Ceará Raízes Indígenas. *A (não) Demarcação das Terras Indígenas Cearenses: a omissão do Estado com o Nordeste Brasileiro*. Palestrantes: Maria da Conceição Alves Feitosa (Coordenadora Executiva do DMI da APOINME), Dourado (Tapeba) (Coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME / Assessor Indígena na FUNASA) e João Pacheco de Oliveira (Doutor em Antropologia Social na UFRJ / Professor titular da UFRJ).

FUNAI, ON-LINE, 2007:

Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJA63EBC0EITEMIDF4C12DBC819E4506A1F6901D45AC5236PTBRIE.htm>>. Data de acesso: 14 de abril de 2009.

Dados On line: Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=722>. Acesso em: 03 de julho de 2009.

Visita à comunidade Tapeba e realização de entrevistas nos dias:

26 e 27/09, 21, 30 e 31/10 e 14/11 de 2008; 21/03, 17, 24 e 25/04, 16 e 23/05, 26/06 e 02/07 de 2009.